



## **A IMPORTÂNCIA DO SERVIÇO SOCIAL NA MEDIAÇÃO DAS DEMANDAS QUE MAIS AFLIGEM O CONTEXTO ESCOLAR**

Micheli Klauberg Faustino<sup>1</sup>

A educação tem ocupado um lugar destaque ao longo do processo de expansão da sociedade capitalista. A educação como dimensão da vida social possui um caráter constitutivo dos modos de existência humana do ser social e da organização da vida em sociedade. Portanto, a educação como dimensão da vida social não deve se restringir a educação escolarizada, organizada sob a forma de política pública, mas é ela que de forma institucional e contraditória que mediatiza o direito ao acesso aos bens e equipamentos culturais de nosso tempo.

Entendemos que a educação tem uma relação com a política na construção da democracia ocupando um lugar central no âmbito das lutas sociais, Segundo Almeida, (2003) a inserção dos assistentes sociais na área de educação não se constitui em um fenômeno recente, Sua notoriedade atual em muito se deve a três tendências observadas no campo das políticas sociais a partir dos anos 1980:

- O enfrentamento da pobreza a partir de políticas públicas que estabelecem condicionalidades em relação à educação escolarizada;
- A interface de diferentes políticas setoriais, em especial aquelas dirigidas aos segmentos sociais em situação de vulnerabilidade social, tornando o acesso à educação escolarizada um marco na afirmação dos direitos sociais de crianças e jovens;
- O alargamento da compreensão da educação como direito humano, adensando as práticas sociais organizadas em torno de diversos e abrangentes processos de formação humana, criando uma arena de disputas ideológicas fortemente mobilizadoras dos paradigmas educacionais em disputa no âmbito do Estado e da sociedade civil como os de: empreendedorismo, empregabilidade e emancipação.

No entanto Almeida, (2003), destaca que é fundamental pensar num processo que articule a luta pelos direitos sociais como um componente estrutural de uma concepção distinta daquela que constituiu a pedagogia da hegemonia neoliberal e mercantilista, onde o direito a sobrevivência se constitui num elemento político central na construção de outra prática pedagógica e social.

---

<sup>1</sup> Assistente Social; Especialista em Educação Sexual pela Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC); mestranda em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina(UFSC).



Sem dúvida, pensar a atuação do assistente social na política educacional envolve a compreensão da dinâmica e complexidade deste campo de atuação de Estado e da sociedade civil. Identificando os diferentes níveis e modalidades de educação e ensino, percebemos que uma exigência posta aos assistentes sociais e que requer um olhar sobre a própria dimensão educativa de sua intervenção como constitutiva desses processos mais amplos e não necessariamente vinculada a essa área de atuação do estado via política social.

No entanto, segundo BRESSAN (2001) compreender a educação como uma Política Social que tem o compromisso de garantir direitos sociais, indica também uma reformulação e/ou ampliação do conceito de educação, onde precisa ser assimilado a partir da perspectiva de sua produção social e do papel que a escola assume na sociedade. Pois, como indica VIEIRA (1997) poucos são os direitos sociais que estão sendo regulamentados e praticados no atual contexto de: “neoliberalismo tardio”, ou também denominado de “modernização”. Assim, discutir o papel da escola hoje, na sociedade, significa discutir a função social assumida pela educação no atual contexto.

A escola como instituição formal de ensino, deve ser compreendida como parte integrante de um todo social, e que por isso traz consigo as contradições da própria sociedade. Como instituição social ela exerce a função de socializar os conhecimentos historicamente construídos articulando-os com a realidade social, com finalidade de instrumentalizar o sujeito a compreender e intervir na realidade.

A escola, ao constituir-se como um espaço de contradições, pode ser vista como: Um lócus rico de possibilidades de ações interventivas, na direção do fortalecimento da democracia e da conquista da cidadania. Este contexto confere ao serviço social um papel relevante, pois lhe apresenta demandas com as quais trabalha no seu cotidiano. (MARTINS, 2001, p.01).

Em relação à educação Almeida (2003), enfatiza que existem situações reais que tem revelado a necessidade de atuação dos assistentes sociais numa área específica da política educacional, podem ser compreendidas a partir das expressões atuais da questão social na (e em relação à) educação, em seu sentido mais amplo já referido assim como em sua dimensão mais particular, a política educacional.

Verificamos em Almeida (2003), que, tanto na escola pública como particular, na esfera do ensino fundamental, se vê uma série de fenômenos que se manifestam de forma intensa e complexa, são muitas as expressões sociais como: situações de risco, violência e negligência, utilização de drogas, força do narcotráfico, vulnerabilidade social das famílias, gravidez na adolescência, evasão escolar, dificuldades de aprendizagem, que por si só não se constituem uma justificativa para a inserção dos assistentes sociais nesta área.



Santana (2006) relata que a experiência do Serviço Social na educação não é nova e que há muitos anos temos a figura do assistente social neste campo. Mas, é na contemporaneidade, especificamente a partir da década de 1990, que a educação vem se fortalecendo como campo de atuação. Mesmo assim, a educação, ainda tem se constituído em um espaço pouco nítido e frágil no que concerne à permanência do assistente social.

Vale salientar que no projeto de lei original nº. 3.688 – B de 2000, do Deputado José Carlos Elias, o Congresso Nacional decreta no 1º artigo a inserção do assistente social no quadro de profissionais das escolas públicas, visando o acompanhamento dos alunos na escola e na comunidade. O projeto foi elaborado com a justificativa de que as taxas de adesão e repetência escolar são constantes, sendo causados, geralmente, por fatores relacionados às precárias condições sócio-econômicas e culturais das famílias dos educando. Sendo assim, o acompanhamento do assistente social, visa auxiliar à família e educando na busca da redução das negativas conseqüências advindas das dificuldades existentes. A atuação deste profissional refletirá a diminuição da evasão escolar e servirá de apoio à ação do pedagogo e/ou educador, resultando em melhorias nos níveis de aprendizagem dos educando e ainda pode atuar na prevenção ao uso de drogas<sup>2</sup>.

Conforme Almeida (2003), a inserção do assistente Social deve expressar uma das estratégias de enfrentamento desta realidade na medida em que represente uma lógica mais ampla de organização de trabalho coletivo na esfera da política educacional, uma articulação das mediações particulares individuais ou coletivas, exigido pelo trabalho cotidiano, com as exigências do contexto econômico político, imaginário, ideológico e que vai permitir a construção de estratégias no tempo social, familiar e específico colocado pelos usuários na relação com a intervenção profissional/institucional.

Sabe-se que a escola enfrenta problemas tais como o baixo rendimento dos educando, o desinteresse pelo aprendizado, a evasão escolar, atitudes e comportamentos agressivos, etc. No entanto, segundo Bressan (2000) estes indicadores não se constituem em fatores exclusivamente relativos à escola, e sim fatores que estão aliados a outras formas de expressão dos problemas de âmbito social enfrentados pelo educando e sua família.

---

<sup>2</sup> Informações obtidas no Projeto de Lei Original Nº. 3.688-B, 2000, do Deputado José Carlos Elias (PTB/ES), que dispõe sobre a introdução do assistente social no quadro de profissionais de educação em cada escola. Disponível em: < <http://www.senado.gov.br/sf/publicacoes/diarios/pdf/sf/2007/08/22082007/28387.pdf>.> Acesso em 12 de agosto de 2009.



Portanto, são decorrentes do contexto mais amplo da sociedade relacionado à questão econômica, condições de vida precárias, trabalho precoce, violência na família, entre outros. Observa-se a forte presença das múltiplas expressões da questão social que invadem o cenário escolar, trazendo uma gama de dificuldades para consubstanciar de forma adequada o processo ensino aprendizagem.

Conforme explicação de MARTINS, (2001):

Considerando que e nesse contexto que se estabelece o trabalho do assistente social, ou seja, na apreensão da questão social e suas múltiplas expressões e na compreensão de como ela é experienciada pelos sujeitos em suas vidas cotidianas, pode-se afirmar que esse profissional tem plenas condições de mediatizar a problemática que se evidencia no espaço sócio-ocupacional. MARTINS, (2001, p28).

O autor explica que tal afirmação baseia-se no fato de que o assistente social possui uma bagagem teórico-metodológica que lhe permite elaborar a interpretação crítica do seu contexto de trabalho e relacioná-lo a estrutura e conjuntura, potencializando o seu espaço ocupacional, negociando, articulando propostas que viabilizem a qualidade e a abrangência dos serviços prestados pelas políticas sociais.

No que se refere à nova LDB Gadotti (2000:90) enfatiza que os educadores, nas suas práticas, e a sociedade, através do seu envolvimento com os problemas educacionais, saberão distinguir o que é mais urgente e necessário e o que é possível fazer com ela. Tem-se a certeza de que também o Estado estará atento e aprenderá com esse processo permanente de enfrentamento dos desafios educacionais brasileiros .

uma nova configuração ao sistema educacional do país. No entanto, isso tem trazido algumas exigências aos profissionais que trabalham na área da educação, especialmente a qualificação dos educadores, que são os atores considerados como “a menina dos olhos” da educação, mas também o “engajamento de profissionais que trabalham com a realidade social” (FERNANDES, 2007, f. 53).

É desse engajamento que surge o Serviço Social como uma profissão que atua na área da educação. Gadotti (2000) afirma que é um desafio educacional “mostrar aos educadores que a educação não pode ser vista apenas pelo ângulo dos professores”.

Portanto, a questão da inserção do Serviço Social na área da educação retrata que é competência do assistente social “viabilizar o acesso aos direitos sociais, garantindo o direito à educação como é previsto na Constituição Federal de 1988, no seu artigo 205” (FERNANDES, 2007, p, 54).

O assistente social pode contribuir para a construção da cidadania, já que a educação e o Serviço Social são comprometidos com o exercício da cidadania, para a efetivação e igualdade de direitos sociais, civis e políticos dos sujeitos. Tal exigência constitui um dos maiores desafios postos aos assistentes sociais no presente:

“Desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim ser um profissional propositivo e não só executivo” (IAMAMOTO, 2005, p. 20. Grifo da autora).



Por essa razão Almeida (2003) destaca que a educação escolarizada ao passo que se constitui em expressão da dominação e controle do capital é ao mesmo tempo objeto das lutas das classes subalternas pela sua emancipação política. A arena da luta política e da disputa pela direção dos projetos societários e educacionais determina na sociedade capitalista a possibilidade de diferentes contornos da relação do Estado com a sociedade civil.

Percebemos que no contexto das escolas, existem demandas sociais que podem ser mediatizadas pela intervenção do assistente social, além disso, a escola também é um espaço de expressão e reprodução das contradições sociais, econômicas, políticas e culturais, como a reprodução de preconceitos e as relações de poder expressas, sobretudo, na dificuldade de implementar uma gestão participativa e democrática na escola. Em contrapartida a educação e a instituição escolar guardam em si a possibilidade de contribuir para mudanças significativas na sociedade, se a considerarmos como espaços fundamentais para ampliação da cidadania e fortalecimento da democracia.

Segundo o CFESS (2001), cabe ao assistente social desenvolver atividades técnicas profissionais, além das competências e atribuições prescritas nos artigos 4º e 5º da Lei 8662/93, são funções deste profissional, no âmbito escolar: realizar pesquisa sócio-econômica e familiar para caracterizar a população escolar; elaborar e executar programas de orientação sócio-familiar, visando à prevenção da evasão escolar melhoria do desempenho escolar e formação para a cidadania; participar, junto a outros profissionais, da elaboração de programas de esclarecimentos informações e prevenção da violência, uso de drogas, alcoolismo, entre outros; articular-se com a rede nos encaminhamentos das demandas; realizar visitas domiciliares para conhecimento da realidade sócio-familiar do educando, possibilitando à assistência e o encaminhamento; elaborar e desenvolver programas específicos nas escolas com classes especiais.

#### As contribuições do Serviço Social nesse espaço sócio-ocupacional

[...] consiste em identificar os fatores sociais, culturais e econômicos que determinam os processos que mais afligem o campo educacional no atual contexto, tais como: evasão escolar, o baixo rendimento escolar, atitudes e comportamento agressivos de risco, etc. (CFESS, 2001, p. 12).

Para Demerval Saviani (1980): a prática educativa assume caráter de mediação no seio da prática social e que sua eficácia é avaliada, pelas mudanças que provocou na prática social, ou seja, a educação produz efeitos por ela mediados. Percebemos que a educação é um caminho para entender o conceito de cidadania, a consciência crítica, garantia da cidadania, autonomia, preparando o indivíduo para lutar e se defender no cenário atual de desigualdade. Esta relação entre o social e a educação se faz necessária no processo de mudanças, ou seja, a educação por si só não é



capaz de garantir uma sociedade mais justa e igualitária, e nesse processo de mudança autoconsciente, a valorização do sujeito se faz necessária.

Saviani (1980) destaca que toda relação de hegemonia e necessariamente uma relação pedagógica, cabe entender a educação como instrumento de luta. Portanto, percebemos que as lutas que aconteceram ao longo da história da educação, foram processos de disputa pela hegemonia cultural em diferentes períodos, refletidos na LDB e na rede de serviços e entidades educacionais, públicas ou privadas, enfim uma ampliação da relação entre a sociedade civil e o Estado, regulamentando a política educacional.

Pois, conforme foi colocado por Lima (2003), Para que a escola passe a ser uma instituição democrática faz-se necessário a assimilação dos agentes educacionais do que seja a construção do processo democrático no cotidiano da escola. [...] A gestão democrática do ensino público tem se constituído um grande desafio que inclui a autonomia, participação e decisão compartilhada com todos os atores que convivem no espaço escolar.

Por essa razão Almeida (2003) destaca que a educação escolarizada ao passo que se constitui em expressão da dominação e controle do capital é ao mesmo tempo objeto das lutas das classes subalternas pela sua emancipação política. A arena da luta política e da disputa pela direção dos projetos societários e educacionais determina na sociedade capitalista a possibilidade de diferentes contornos da relação do Estado com a sociedade civil.

Conforme destaca Abreu (2008) o Assistente Social tem uma função pedagógica em suas diversidades, determinada pelos vínculos que a profissão estabelece com as classes sociais e se materializa, fundamentalmente, por meio dos efeitos da ação profissional na maneira de pensar e agir dos sujeitos envolvidos no processo da prática.

A importante contribuição do serviço social nas escolas para implementar uma gestão democrática ocorre ao atuar no processo de conscientização acerca da importância da participação dos diferentes sujeitos para pensar o cotidiano da instituição escolar.

Iamamoto afirma que,

O caráter tenso da participação social se funda para estabelecer estratégias políticas capazes de extrair da participação popular aquilo que ela esconde e, ao mesmo tempo, revela de criador, de crítica, de negação da ordem nas suas expressões explicitamente políticas e/ou culturais, que apontam no interior da própria sociedade burguesa, para a construção do novo (IAMAMOTTO, 1992, p108).

Desta forma, a educação precisa trabalhar com os educandos, as famílias e a comunidade, visando a formação para o exercício da cidadania, rompendo com a lógica de que a educação se



restringe à escolarização, baseada apenas em conteúdos didáticos, mas utilizando esse espaço para a formação de cidadãos conscientes<sup>3</sup>, críticos e autônomos.

Os assistentes sociais estão cotidianamente em contato direto com as novas demandas do cotidiano, o que os “obriga” a se qualificarem continuamente, tendo em vista, o acúmulo de informações sobre a realidade para o acompanhamento e enfrentamento das expressões da questão social, seja através de programas, projetos ou políticas sociais.

Sendo assim, compreende-se que a educação e o Serviço Social podem e devem “realizar mediações no processo de desalienação, de construção e consolidação da cidadania, na organização da sociedade civil (CAMARDELO, 1994, p. 141)”.

Por fim, Considerando que o trabalho do assistente social, se configura na apreensão da questão social e suas múltiplas expressões e na compreensão de como ela é experienciada pelos sujeitos em suas vidas cotidianas, pode-se afirmar que esse profissional tem plenas condições de mediatizar a problemática que se evidencia no espaço sócio-ocupacional.

Consideramos que o assistente social possui uma bagagem teórico-metodológica que lhe permite elaborar a interpretação crítica do seu contexto de trabalho e relacioná-lo a estrutura e conjuntura, potencializando o seu espaço ocupacional, negociando, articulando propostas que viabilizem a qualidade e a abrangência dos serviços prestados pelas políticas sociais.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional**. 2ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. Educação pública e serviço social. In: **Serviço Social e Sociedade**. Nº. 63. São Paulo: Cortez, julho/2000, p. 63 – 75.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. **Serviço Social e política educacional**. Um breve balanço dos avanços e desafios desta relação. Palestra proferida no I encontro de Assistentes Sociais na área de educação, no dia 28 de março de 2003 em Belo Horizonte.

BRESSAN, Rosane Carla (coord). **Serviço Social na Educação**. Brasília: CFESS, 2001.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL-CFESS. Serviço Social na educação. In: **Grupo de Estudos sobre Serviço Social na Educação**. Brasília: CFESS, 2001, p. 7 – 32.

CRESS-SP 9º Região (org.). Código de ética profissional do assistente social: resolução CFESS n. 273, de 13 de março de 1993. In: **Legislação brasileira para o serviço social: coletânea de leis**,

---

<sup>3</sup> Conscientes no sentido de obter a informação que possibilite a prática da cidadania, ficando a critério do cidadão exercer ou não a sua cidadania.



decretos e regulamentos para instrumentação do (a) assistente social. Conselho Regional de Serviço Social do Estado de São Paulo, 9ª Região (org.) Diretoria Provisória, São Paulo, 2006, p. 38 - 49.

CUNHA, Marcus Vinicius da. A escola contra a família. In: LOPES, Eliane Marta T. FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cyntia Greive. **500 Anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autentica 2000.

DALAROSA, Adair Ângelo. **Estado, educação e cidadania**. Caçador: Universidade do Contestado, 1998. 159p.

ELIAS, José Carlos (Deputado PTB/ES). **Projeto de Lei Original nº 3.688-B, 2000**: dispõe sobre a introdução do(a) assistente social no quadro de profissionais de educação em cada escola. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/sf/publicacoes/diarios/pdf/sf/2007/08/22082007/28387.pdf>. Acesso em 12 de agosto de 2008.

FANFANI, Emilio Tenti. **La escuela y la cuestion social**: ensayos de sociologia de la educacion – la ed. - Buenos Aires: siglo XXI editores Argentina, 2007.

FERNANDES, Marineli. **O serviço social na educação**: o trabalho profissional sob a ótica dos usuários do Educandário Santa Catarina, 2007, 65f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Serviço Social). Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 28 ed. São Paulo: Paz e terra, 1979.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Reformas educativas e retrocesso democrático no Brasil dos anos 90**. In: LINHARES, Célio (org). Os professores e a reinventarão da escola. Brasil e Espanha. São Paulo: Cortez, 2001.

GADOTTI, Moacir. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000. 294p.

GENTILLI, Raquel de Matos Lopes. **Perfil profissional do assistente social no mercado de trabalho do Espírito Santo**. In: congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 9, 1998, Goiânia. Anais... Goiânia, CFESS, 1998, v.2.

\_\_\_\_\_. **Representações e praticas**: identidade e processo de trabalho no serviço social. São Paulo, Veras, 1998.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da historia**. Rio de Janeiro: civilização Brasileira. 1987.

IAMAMOTO, Marilda Vilela e CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**. São Paulo, Cortez, 1982.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2005. 326p.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital financeiro trabalho e questão social**/3 ed. São Paulo: Cortez, 2008.





- LINHARES, Célia Frazão Soares (org). **Formação de professores: comunidade científica e poética – uma busca de São Luis do Maranhão**. Rio de Janeiro: D P & A, 2004.
- MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. **Serviço Social: mediação escola e sociedade**. Dissertação de Mestrado. Franca: UNESP, 2001. Disponível em, < <http://www.unitoledo.br> >.
- MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do Abismo**. Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- MÉSZÁROS, Istivan. **Para além do capital**. Rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002.
- \_\_\_\_\_. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- NETO, Jose Paulo: **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo, Cortez, 1992.
- OLIVEIRA, Sérgio Godinho. **A nova educação e você: o que os novos caminhos da Educação Básica pós-LDB têm a ver com educadores, pais, alunos e com a escola**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. 178p.
- PILETTI, Nelson. **História da educação no Brasil**. São Paulo: Ática, 1994. 183 p.
- PINTO, Rosa Maria Ferreiro. **Caminhos da política educacional brasileira: 1964 e os anos seguintes**. In: Política educacional e serviço social. São Paulo: Cortez, 1986, p. 55 – 79.
- ROMANELLI. Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil (1930/1973)**. Petrópolis: Vozes, 1991. 267 p.
- SAVIANI, Demerval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. São Paulo: Cortez, 1980.
- SAVIANI, Dermeval. **A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas**. Campinas, SP: Autores Associados, 1997. 242p.
- SERRANO, Ângela. **Acoso y violencia em la escuela**. Como detectar, prevenir y resolver el bullying. Barcelona: Ed. Ariel, 2006.
- SOUZA, I.L. **A área da educação e refletida como espaço de trabalho do (a) Assistente Social**. Disponível em < [http://www.abespss.ufsc.br/CO\\_cultureduc.htm](http://www.abespss.ufsc.br/CO_cultureduc.htm).>
- YASBEK, Maria Carmelita. **Pobreza e exclusão social: Expressões da questão social no Brasil**. Revista Temporalis-ABEPSS, ANOII, número 3 - 2ª. Ed. 2004.